



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

124

8

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03576848

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 0016834-63.2009.8.26.0196, da Comarca de
Franca, em que é apelante IVO ALVES DE ANDRADE
(JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado BRADESCO VIDA E
PREVIDENCIA S.A..

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de
conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra
este acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores ANTONIO BENEDITO RIBEIRO PINTO
(Presidente) e MARCONDES D'ANGELO.

São Paulo, 1 de junho de 2011.

SEBASTIÃO FLÁVIO
RELATOR

124



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
Vigésima Quinta Câmara

1

Voto nº 21.342

Apelação com revisão nº 990.10.379125-8 - Franca

Apelante: Ivo Alves de Andrade

Apelado: Bradesco Vida e Previdência S/A

SEGURO. Invalidez parcial por acidente. Indenização que deve corresponder ao grau de incapacidade física apurada, no caso, limitada ao comprometimento do joelho direito. Ação de condenação ao fornecimento da diferença de capital segurado. Improcedência. Apelação denegada.

Assinatura manuscrita, provavelmente do juiz relator, em tinta preta.

0016834-63



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
Vigésima Quinta Câmara

2

Apelação de autor, nos autos do processo da ação de condenação ao pagamento de diferença de capital segurado, em razão de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito, demanda essa que foi julgada improcedente.

Busca o apelante a inversão do resultado do julgamento, sob a alegação de tratar-se de invalidez total, cuja cobertura não foi realizada integralmente. Sustenta que o laudo pericial é contraditório, pois menciona que a Tabela da SUSEP não contempla o acidente em questão, já que esta prevê apenas a anquilose total do joelho e, no caso do apelante, houve anquilose parcial, porém, mesmo assim, o perito atribui o percentual de 10% de incapacidade.

O recurso foi recebido e impugnado. Há isenção de preparo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
Vigésima Quinta Câmara

3

É o relatório, adotado o da r. sentença quanto ao mais.

A pretensão do apelante é manifestamente improcedente, uma vez que a perícia apontou que tem ele comprometimento apenas parcial no joelho direito, em decorrência do acidente de trânsito em que se envolveu e que é tratado nestes autos.

Não é caso, pois, de invalidez total e permanente, conforme apurado pelo perito judicial, até porque a conceituação desta pelo contrato de seguro é a incapacidade para o exercício de qualquer atividade do corpo humano como um todo, e não propriamente a de um órgão ou membro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
Vigésima Quinta Câmara

4

Foi, assim, correto o cálculo da indenização satisfeita extrajudicialmente ao fazer incidir aquele percentual de limitação pelos 70% do valor da apólice, estes prefixados para a perda integral da função de um dos membros inferiores.

Enfim, pela tabela de fls. 54, a perda total de uso de um dos membros inferiores enseja a indenização correspondente a 70% do capital segurado.

Tem importância na espécie a conceituação de De Plácido e Silva, para quem será a invalidez absoluta “quando a pessoa se torna realmente inútil ou ineficaz para qualquer espécie de trabalho” e será relativa quando impede apenas o exercício de atividades primitivamente exercidas, mas permitem a execução de outras mais suaves e consentâneas com suas restrições.



O conceito de invalidez da apólice de seguro privado é bem mais restrito que o da Lei do Seguro Social, e deve ser compreendido como aquele que, além de não ser possível a cura pelos meios terapêuticos existentes, ainda se torna a pessoa inabilitada fisicamente para a maioria das atividades mais ordinárias da vida, inclusive de agir e cuidar por si mesma.

Sobre seguro vige o princípio segundo o qual a responsabilidade do segurador é limitada aos riscos assumidos, no interesse da própria estabilidade do mutualismo, que é de sua natureza, de sorte que não pode fazer prevalecer o princípio da inversão do ônus da prova em favor do segurado ou mesmo da interpretação favorável a este em caso de dúvida, ao menos quanto à extensão da incapacidade física, porque a massa de segurados é tão ou mais vulnerável que ele.



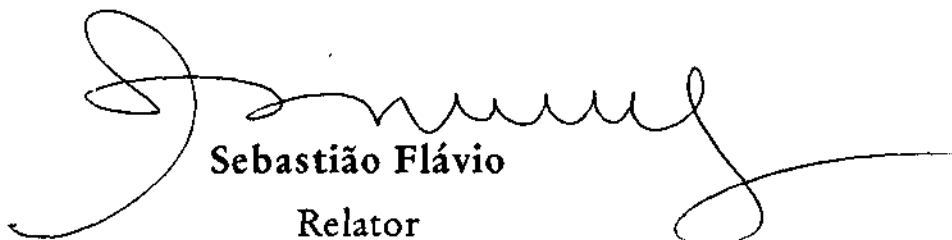
Não pode ser perdida de vista a lição de Pedro Alvim, segundo a qual, “Uma das normas importantes para o contrato de seguro é a que determina interpretação restritiva de suas cláusulas. É necessário aplicar estritamente os termos convencionais, sobretudo com relação aos riscos cobertos. Há uma correlação estreita entre a cobertura e o prêmio. Forçar essa correlação por via da interpretação extensiva poderá falsear as condições técnicas do contrato, em que repousa toda a garantia das operações de seguro. Se as cláusulas da apólice são redigidas com clareza a delimitar o risco coberto, não devem ser desvirtuadas sob pretexto de interpretação para incluir coberturas que não estavam previstas ou foram expressamente excluídas do contrato”.

O Direito não pode mais ser visto como fórmulas vazias, mas uma entidade marcada pela experiência do viver em sociedade. Ninguém ignora, por essa mesma experiência no atual contexto histórico, que o seguro de vida e de



acidentes pessoais tem por fim garantir a invalidez ou a perda da força de trabalho pela morte, e que é de sua essência não a vantagem, como se tem no jogo, na aposta, mas a indenização na exata proporção da perda.

Deve, pois, ser prestigiada a conclusão de primeiro grau, pelo que nego provimento ao recurso.


Sebastião Flávio
Relator